



**AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A ESCOLA COMO ESPAÇO DE  
REPRESENTATIVIDADE DA JUVENTUDE**

**THE PUBLIC POLICIES AND THE SCHOOL AS A SPACE FOR THE  
YOUTH REPRESENTATION**

**Maria Cibelle Moreira De Araújo**  
**Universidade Estadual Do Ceará(UECE)**  
**Antônia Rafaela Da Cruz Costa**  
**Universidade Estadual Do Ceará(UECE)**  
**Eliete De Castro Cordeiro**  
**Universidade Estadual Do Ceará (UECE)**

**RESUMO:**

O presente artigo propõe discutir sobre as políticas públicas e a escola como espaço de representatividade da juventude e concomitante a isso, apresenta um relato de experiência de alunos do ensino médio, com foco na atuação do Grêmio Estudantil numa escola da rede estadual do Ceará. O texto faz uma abordagem sobre a legislação voltada para a juventude com base na literatura e nos textos constitucionais. A metodologia configura-se numa abordagem qualitativa com pesquisa bibliográfica e de campo. Diante do estudo, constatou-se que o aluno deve ser pensado num contexto mais amplo, levando em conta o espaço social e cultural em que está inserido. Assim, se tratando da juventude no ensino médio, é imprescindível uma análise mais aprofundada sobre a atuação dessa categoria no âmbito escolar e o conseqüente papel do Grêmio Estudantil, como espaço de representatividade, reconhecimento e identidade da juventude, mediante o aparato legislativo existente.

**PALAVRAS - CHAVE:** Políticas Públicas. Juventude. Grêmio Estudantil. Escola

**ABSTRACT:**

This article aims to discuss the public policies for young Brazilian citizens and, along with the discussion, it tells a story about high school students' experiences, focusing on the representation of the Student Council on a state school located on Ceará. This body of work approaches on the legislation for young people, based on literature and the law. The methodology figures as a quality approach with bibliographical and field search. The study showed that the students should be thought of on a wider context, considering the social and cultural environments in which they are inserted. Therefore, if it is about the high school youth, it is indispensable a deeper analysis concerned with this category on the school setting and the resulting role of the Student Council as na environment for youth representation, acknowledgement and identity, by means of the current law device.

**KEYWORDS:** Public policies. Youth. Student Council. School.

**1 INTRODUÇÃO**

# II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

*“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.*

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



Diante da conjuntura atual, considera-se de extrema relevância discutir políticas públicas para a juventude, levando em conta o aparato legislativo existente e os entraves para efetividade das leis de proteção a esse segmento, diante das especificidades que permeiam essa categoria. Assim, o artigo propõe dar visibilidade à legislação assegurada à juventude no Brasil, com base na literatura e nos textos constitucionais vigentes e, concomitante a isso apresentar um relato de experiência feito com alunos do ensino médio de uma escola da Rede Estadual de Coreaú: EEM Maria Menezes de Cristino, levando em conta a atuação de um dos organismos colegiados da escola, que representa o corpo discente: o Grêmio Estudantil, no intuito de averiguar a sua respectiva representatividade no espaço intra e extra escolar, no intuito de fazer valer o seu papel rumo a uma política que prime pela democracia participativa e de equidade.

Vale salientar que a temática de políticas públicas voltadas para a juventude passou a ter relevância a partir da década de 1990, com a consequente criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), cuja lei, passou a dar visibilidade, principalmente aos direitos dos jovens nessa faixa etária, compreendida entre 15 e 29 anos. Quanto ao Grêmio Estudantil, importante ressaltar que exerce papel de extrema relevância no universo escolar, já que é uma organização independente da direção escolar e amparado legalmente pela lei Nº 7.398/85, que representa os interesses dos estudantes. Desta forma, se implantado de forma participativa e de acordo com as orientações legais, poderá fortalecer possibilidades de ação dentro e fora do ambiente escolar, contribuindo assim para o exercício da cidadania.

## 2 POLÍTICAS PÚBLICAS E JUVENTUDE

É inquestionável que as políticas públicas se apresentam como ações, programas e atividades desenvolvidas pelo Estado com o intuito de promover melhorias e assegurar direitos em diversos segmentos da sociedade. Com isso, faz-se necessário tratar das políticas públicas atinentes ao campo da juventude, uma vez que esta carece de especial atenção por parte do poder público, que na América Latina, assim como no Brasil o controle e atuação de tais políticas recai sobre o Estado. Nesse cenário, segundo Castro; Abramovay (2002), o senso comum convencionou dar visibilidade à juventude como algo negativo, qualificando esse segmento como perigoso, irresponsável ou mesmo marginal. No entanto, muitos jovens são identificados como indivíduos sem referências, angustiados por não se sentirem parte do

## **II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas**

*“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.*

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



próprio sistema onde são forçadamente incluídos, pois para ter sentido a inclusão, é imprescindível o ato da escuta e do autorreconhecimento.

O status de incluído não significa necessariamente participação para reversão ou crítica da ordem estabelecida, ou seja, o que muitos jovens querem é fazer parte da comunidade globalizada, estar conectados com o mundo, usar roupas e acessórios comuns aos de jovens de diferentes partes do mundo (desde o tênis da marca discman), mas que não estariam acessíveis para todos. (ABRAMOVAY; CASTRO, 2002, p. 25).

Nesse sentido, o texto constitucional assegura a elaboração de tais políticas e incentiva a articulação das várias esferas do poder público, como elucida o art. 227, § 8º, II, o qual destaca o Plano Nacional de Juventude. No entanto, vale enfatizar que, mesmo com a legislação em torno da temática da juventude, a materialização ou mesmo efetivação de tal política faz parte de um contexto bem mais complexo, pois carece de mecanismos eficientes que assegurem a proteção a esse segmento, que é a juventude. Em contrapartida, não podemos tratar a juventude como um grupo específico, único, deixando na invisibilidade os diversos segmentos juvenis existentes na sociedade, tais como: jovens indígenas, jovens homossexuais, jovens do campo, entre outros, pois depreende-se que cada grupo tem suas especificidades que devem ser respeitadas.

Esta concepção alerta-nos sobre a existência, na realidade dos grupos sociais concretos, de uma pluralidade de juventude: de cada recorte sociocultural, classe social, estrato, etnia, religião, mundo urbano ou rural, gênero, etc., saltam subcategorias de indivíduos jovens com características, símbolos, comportamentos, subculturas e sentimentos próprios (REZENDE, 1989 p. 4-5).

Assim, diante do exposto, compreende-se que políticas para a juventude que prime por práticas efetivas e coerentes exigem o reconhecimento tanto da diversidade social quanto organizativa dos jovens. Em contrapartida, o setor público, por sua vez, necessita está em permanente diálogo com esse segmento considerando os anseios individuais e coletivos da juventude, assegurando a construção de sua identidade no contexto da democracia participativa. Sabemos que muitos avanços ocorreram nesse sentido a partir da aprovação do Estatuto da Juventude. Logo, faz-se necessário um repensar sobre o papel do Estado como agente de governança, ativo, orientado por pressupostos, tais como: responsabilidade, gestão, transparência e legalidade, haja vista a relevância de tais elementos estruturais rumo ao desenvolvimento social. Nesse contexto, governança pode ser compreendida como:

Uma nova geração de reformas administrativas e de Estado, que têm como objeto a ação conjunta, levada a efeito de forma eficaz, transparente e compartilhada, pelo Estado, pelas empresas e pela sociedade civil, visando uma solução inovadora dos

# II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

*“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.*

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



problemas sociais e criando possibilidades e chances de um desenvolvimento futuro sustentável para todos os participantes (LOFFER, 2001, p. 212).

Nesse sentido, as políticas públicas para a juventude precisam avançar, ir também para o campo dos municípios, criando espaços locais para atender a diversidade e as especificidades que permeiam o campo da juventude. Eis aí o grande desafio para os gestores do executivo local.

### 3 JUVENTUDES E O ENSINO MÉDIO

A Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB- 9394/96) no art. 35 descreve algumas considerações sobre o Ensino Médio, tratando-o como uma etapa final da Educação Básica e com duração mínima prevista de três anos. Este nível tem como finalidades: a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos em níveis superiores; a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade as novas condições de ocupação aperfeiçoamento posterior; o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e pensamento crítico; a compreensão dos fundamentos científicos/tecnológicos dos processos produtivos, relacionando teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

O ensino médio é estabelecido na LDB como direito universal, devendo ser ofertado com qualidade a fim de garantir a aprendizagem e a formação intelectual dos educandos, com foco também na preparação para o mercado de trabalho, fato este, que nem sempre foi evidenciado quanto se trata do ensino médio brasileiro, que durante anos se distanciou destas premissas. Assim, torna-se desafiador lidar com os índices que retratam este nível de ensino em território nacional, pois:

Atualmente, pouco mais de 50% dos jovens têm acesso ao ensino médio na faixa etária adequada. Aproximadamente 30% dos que chegam o acessam o fazem no turno noturno em precaríssimas condições. Desagregados por região e pela classificação urbana e rural, estes dados assumem outras dimensões de desigualdade, demonstrando o quanto é necessário avançar. Esta situação não é fruto de uma fatalidade, mas do tipo de sociedade e de desenvolvimento que foi sendo definido ao longo da história que não priorizou o projeto de formação no ensino médio de qualidade e a formação técnico-profissional para preparar os jovens para o trabalho

## **II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas**

**“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.**

**20, 21 e 22 de junho de 2018**

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



complexo. Aproximar os jovens do sentido que os estudos podem ter em suas vidas, a construção de identidades, seja do ser jovem, ser sujeito, ser cidadão, a projeção de entrar no ensino superior são constantes preocupações que permeiam o fazer educação na modalidade de ensino médio. Estas questões são desafiadoras no sentido de serem estudadas e compreendidas como engrenagens num processo denso que é a compreensão sistema educacional brasileiro, em especial votado para a fase de ensino citada anteriormente. (BRASIL, 2013, p. 19).

A formação educacional e até mesmo curricular proposta pelo ensino médio vem passando por processos de ressignificação, apesar de possuir elementos técnico, social e mercadológico, traz também a preocupação com a formação integral e humana, que possibilite o desenvolvimento humano na sua totalidade, respeitando a diversidade de pensamentos, identidades e culturas. Partindo desta premissa, constrói-se outra concepção do “ser jovem”, onde o mesmo não seja visto apenas como um indivíduo rebelde, contestador ou que negue as regras estabelecidas por uma ordem social, já que tais características não dizem respeito somente a esta faixa etária, nem são comportamentos exclusivos destes.

O entendimento da categoria juventude em sua essência deve ser considerado nas suas múltiplas dimensões, entender o jovem e estudante como sinônimos deve ser outro ponto a ser discutido, já que o “ser estudante” é uma condição a ser assumida ou não pelo jovem, isso vai de encontro com o seu projeto de vida ou com o sentido que o jovem atribui a sua vida estudantil, fato este, que contribui em suma para a sua permanência na escola.

Desta forma, compreender o que o ensino médio representa para os nossos jovens, até que ponto são sujeitos nos processos escolares, são fatores que merecem ser aprofundados, não somente por que são questões educacionais amplas, mas também necessárias de serem discutidas no atual cenário em que se constitui o ensino médio brasileiro.

Em meio a este espaço social, tem-se construído historicamente as definições do que é “ser jovem”, a escola enquanto instrumento de produção de conhecimento vem incorporando e ampliando a compreensão desta categoria, que não pode ser tratada como homogênea, visto a necessidade contemporânea de pensar e tratar as juventudes. Ao discorrer sobre esta temática, os teóricos Abramovay, Castro, Waiselfisz, atentam para o fato do jovem ser visto como sujeito e suas identidades, levando em consideração a sua diversidade, defendendo a superação da visão de juventude no sentido singular.

A escola tende a considerar a juventude como um grupo homogêneo, socialmente vulnerável, desprotegido, sem oportunidades, desinteressado e apático. Desconsidera-se o que é “ser jovem”, inviabilizando a noção do sujeito, perdendo a dimensão do que é a identidade juvenil, a sua diversidade e as diversas desigualdades sociais (ABRAMOVAY et al. 2015, p. 33).

## **II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas**

*“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.*

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



Ao analisar a condição humana, Arendt (1991) coloca que o homem em si está sempre a procurar meios e estratégias com o intuito de desenvolver sua capacidade, e adentrar-se em um meio social como agente ativo do conhecimento, da mudança e das práticas as quais o ser humano executa em seu contexto.

Frente a tal ótica, esclarece-se que toda vida humana necessita de socialização, interação, dinamismo e convicção de que grupos sociais são necessários, para que atitudes e movimentos consolidem-se na sociedade. Assim, todo ser que está inserido em um campo, interliga-se com os demais, sendo de suma importância a presença da convivência.

Todas estas questões abordadas estão permeadas de mudanças de discursos, entendimentos, concepções, são também desconstruções, quebra de paradigmas em torno de uma modalidade de ensino desafiadora, dinâmica. Para a elevação da qualidade deste ensino, os professores que estão inseridos neste meio, necessitam de formação que leve em consideração a formação integral do aluno, levando em conta os pressupostos para tal feito.

O Ensino Médio, portanto, está concebido a partir de uma base unitária e apresenta, dentre outros, os seguintes pressupostos e fundamentos: trabalho, ciência, tecnologia e cultura: dimensões da formação humana; trabalho como princípio educativo; pesquisa como princípio pedagógico, direitos humanos como princípio norteador e sustentabilidade socioambiental como meta universal (BRASIL, 2013, p. 13).

Tais pressupostos perpassam pela discussão curricular, onde esta garanta a formação humana, que atenda as exigências de mercado, contribuindo com a profissionalização dos mesmos, com foco na aprendizagem significativa, capaz de prepará-los para o mundo do trabalho ou o mundo acadêmico, que atenda aos projetos de vida deste grupo que compõe o ensino médio. Tal fato vem sendo permeado pela construção em território nacional de uma base curricular comum, propiciada pelas formações continuadas de professores ofertadas pelo pacto, pelo estudo e pelas consultas de conteúdos significativos, próximos da realidade dos alunos. Fato este que acarreta discussões sobre a unificação de um currículo a ser comum em todos os espaços educacionais e quais os fatores levaram a esta criação.

Trazendo para uma abordagem sociológica da educação, Bourdieu aponta como tese central que os jovens não são indivíduos abstratos que competem igualmente no ambiente escolar, isto no sentido de rendimento e classificação por notas e desempenhos em avaliações internas e externas, mas são atores construídos socialmente. A educação escolar pode ser concebida como um espaço de desigualdade, reprodução de capitais que são incorporados,

## **II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas**

**“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.**

**20, 21 e 22 de junho de 2018**

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



institucionalizados pelo espaço social, necessidade e circunstâncias.

Um dos mecanismos de influência do distanciamento na aprendizagem e relação com o ambiente escolar é colocado na visão do autor citado anteriormente, ao capital cultural que é absorvido pela família e transmitido a estes jovens, a herança cultural é um fator de explicação para o êxito escolar. Já que,

A influência do capital cultural se deixa apreender sob a forma da relação, muitas vezes constatada, entre nível cultural global da família e o êxito escolar da criança. A parcela de “bons alunos” em uma amostra da quinta série cresce em função da renda de suas famílias. Paul Clerc mostrou que, com diploma escolar igual, a renda não exerce nenhuma influência própria sobre o êxito escolar e que, ao contrário, com renda igual, a proporção de bons alunos varia de maneira significativa segundo o pai não seja diplomado ou seja bachelier\*, o que permite concluir que a ação do meio familiar sobre o êxito escolar é quase exclusivamente cultural. (BOURDIEU, 2003, p. 42).

A escola para Bourdieu não seria um espaço de neutralidade diante das desigualdades sociais, visto que esta acaba reproduzindo gostos, crenças, valores da classe dominante, bem como internamente esta também utiliza métodos de quantificação e classificação dos estudantes. É preciso reconhecer o esforço do autor em evitar tecer análises objetivistas e subjetivistas para a compreensão dos fenômenos sociais.

Escola e educadores assumem como desafio compreender o ser jovem no contexto de transformações sociais contemporâneas e dos múltiplos caminhos existentes para a vivência do tempo da juventude. Os jovens necessitam ser percebidos como sujeitos de direitos, com múltiplas identidades e não apenas como um objeto de um processo educativo, de uma política educacional, de uma meta ou resultado. Esta percepção surge como uma discussão a ser realizada em território nacional, nas escolas, entre professores, como uma alternativa de trabalho que leve em consideração a educação dos sentidos e do pertencimento, partindo do fato de que este público sente a necessidade de ser visto e tratado com outro olhar, de se ver como parte de um processo, ser protagonista da sua própria história, esta é uma das premissas a ser tratada pelo pacto nacional do ensino médio.

A escola é posta nesse cenário como o espaço de aprendizagem e responsável pelo êxito escolar desses estudantes que compõem a modalidade de ensino estudada. Bourdieu ao tentar responder algumas problemáticas oriundas na década de 60, descreve a escola como um espaço de reprodução e legitimação das desigualdades sociais, por conta da bagagem cultural e social que cada um traz e a classe social pertencente, por mais que trabalhe conteúdos iguais e metodologias semelhantes, o que cada sujeito traz da sua vida familiar e realidade social

## **II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas**

*“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.*

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



muitas vezes está distante do que é projetado neste espaço educacional. O sujeito para este autor é um ator socialmente construído em seus mínimos detalhes, tudo que o compõe está emerso no meio social.

Desta forma, pensar o estudante e a escola é indissociável do espaço social e cultural, está em sua dimensão mais ampla. A percepção de sucesso escolar em meio à realidade escolar deve ser concebida também com o trabalho de equidade, fator presente no pensamento sociológico de Bourdieu a pensar a escola como uma instituição que não é neutra, as avaliações, as regras podem ser iguais, mas as chances de aprendizagens são desiguais. Nesta perspectiva o aluno deve ser percebido na sua totalidade, como um ser social, construído no âmago da sociedade.

#### **4 A REPRESENTATIVIDADE DO GRÊMIO ESTUDANTIL NA EEM MARIA MENEZES DE CRISTINO/ COREAÚ-CE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Representatividade refere-se ao ato de representar politicamente os interesses de uma determinada classe social ou, de forma mais ampla, de um povo. Assim, uma associação de estudantes, no caso específico, o Grêmio Estudantil, tem entre outros objetivos, congregar esse segmento defendendo seus direitos e interesses e, concomitante a isso, auxiliar o núcleo gestor da instituição escolar a aprimorar a gestão com foco na aprendizagem significativa dos discentes, tendo em vista a relevância desse organismo colegiado como espaço de cidadania, aprendizagem e luta por direitos.

Assim, conhecer os jovens que são o público a ser trabalhado no ensino médio, nas suas múltiplas formas de ser, pensar e agir, tem sido pensado como uma alternativa cada vez mais necessária de fortalecimento no trato com esta categoria, bem como aproximá-los mais da escola. Para isso é preciso compreender a construção da identidade destes, onde o ambiente escolar se torna um meio constante das manifestações deste processo, neste contexto é preciso entender que,

A identidade é, em realidade, um eu múltiplo o qual não é uma coisa pronta e acabada, mas um processo de identificação; de negociações constantes entre diferentes experiências de vida. A identidade individual será tanto mais consciente quanto mais conseguir realizar negociações entre as partes que a fazem existir. (BRASIL, 2013, p.7)

Os jovens sujeitos do ensino médio trazem para o fazer pedagógico vários



## **II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas**

***“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.***

**20, 21 e 22 de junho de 2018**

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



desafios, um deles é a compreensão sobre si mesmo e o trato com as diferenças, escolhas, gostos, com as suas culturas e territórios tão distintos, dentre outros fatores. A fim de lidar com este desafio se faz necessário o aprimoramento dos educadores que lidam cotidianamente com este público, para não se distanciarem da realidade dos mesmos, criando uma ideia de indivíduos “estranhos” que diferem das concepções “adultas” de mundo, escola, bem como quebra de valores, distanciamento nas relações ou mesmo a perda de autoridade na gestão de sala.

Um dos elementos que podem ser evidenciados como representatividade e identidade desses jovens no espaço escolar são os grêmios estudantis. Estes surgem no contexto educacional como importante mecanismo de participação dos estudantes nas discussões do cotidiano escolar, além de contribuir para democratizar os espaços de tomada de decisão, constituindo-se como um laboratório dos processos político /educacional. Este fato norteou a pesquisa de campo realizada na EEM Maria Menezes de Cristino, localizada no distrito de Araquém em Coreaú, município da zona norte do Estado do Ceará, com a finalidade de compreender como os jovens participam dos processos escolares.

Esta escola foi escolhida como lócus de observação por conta de sua trajetória histórica de constituição, a mesma foi durante muito tempo extensão de matrícula da EEM Flora de Queiroz Teles e destacou-se por seus bons resultados nas avaliações internas e externas, além da expressiva atuação de seus estudantes nos eventos escolares e nos grupos comunitários. Este ambiente educacional resulta da organização dos seus membros em busca da construção de uma sede própria e que atendesse as necessidades da comunidade em que está localizada, sendo inaugurada em vinte e quatro de fevereiro de dois mil e doze.

Atualmente, a escola supracitada conta com 298 alunos distribuídos nos dois turnos de funcionamento, manhã e tarde, funciona com oito turmas e 18 professores, além do Núcleo Gestor que é composto por um diretor escolar, uma coordenadora pedagógica, um secretário escolar e um assessor financeiro. A mesma tem como organização física: cinco salas de aula, uma cantina, um refeitório, um anfiteatro, uma quadra esportiva, e vários laboratórios como: de Ciências, Matemática, Química, Física, Biologia, Informática, além do Centro de Multimeios. Em meio a esta conjuntura destaca-se a existência do grêmio estudantil composto por onze alunos, onde cada um assume uma função conforme estabelecido no estatuto que rege este segmento, recebendo o nome de Grêmio professor José Maria Gomes de Lima, em homenagem a um dos professores pioneiros na luta pela construção desta escola e por seu relevante papel na comunidade como militante do Partido dos Trabalhadores,

## **II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas**

**“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.**

**20, 21 e 22 de junho de 2018**

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



presidindo uma importante associação de estudos políticos conhecida como ACED. Este organismo colegiado foi criado no dia dez de maio de dois mil e doze pela comissão de estudantes sob orientação do núcleo gestor chamada de “Progrêmio”. Atualmente este organismo de representação dos estudantes é regido na escola pelo estatuto do grêmio e o regimento interno. As ações realizadas pelos mesmos são registradas em ata, a fim de documentar as decisões tomadas pelo coletivo.

O Grêmio Estudantil foi instituído legalmente por meio da Lei no 7.398/85, a qual descreve que a organização e a criação do Grêmio Estudantil é um direito dos alunos, caracteriza-o "como órgão independente da direção da escola ou de qualquer outra instância de controle e tutela que possa ser reivindicada pela instituição" (VEIGA, 1998, p. 122). Tal fato garante a autonomia dos estudantes em participar dos processos decisórios da escola e contribuir com a gestão escolar, atuando como a voz dos demais alunos de forma representativa, fortalecendo o espírito de liderança nestes membros. Tal fato é observado na fala da representante do grêmio estudantil e a aluna do terceiro ano (tarde), que por questão de preservação da sua identidade, será tratada como gremista.

Nós alunos temos o sentimento de cuidado da escola, queremos o melhor para ela e acabamos fazendo com que nossos colegas também tenham interesse em zelar seu local de estudo...Temos as vezes dificuldades porque nossos colegas muitas vezes não nos veem como autoridade ou um gestor, nos veem como alunos. Em muitas situações é difícil aluno liderar alunos, mas temos o apoio do núcleo gestor. Gostamos de participar dos eventos da escola e ajudar no que for preciso, nos sentimos importantes quando participamos, tudo o que acontece aqui sabemos e tentamos ajudar, sempre que dá nos reunimos. Já estou pensando que este ano sairei da escola e vou deixar meus amigos do grêmio (Gremista).

Observa-se que o grêmio por ser uma entidade autônoma criada e dirigida pelos alunos, traz no seu cerne algumas dificuldades apontadas pela fala acima, a representação exige destes, liderança e exemplo, as cobranças existentes levam os mesmos a se angustiarem com os processos escolares e a atuação dos estudantes. Percebeu-se nas idas a campo a preocupação dos membros do grêmio com o desempenho acadêmico dos alunos, a frequência escolar e participação nos eventos, apontando que muitas vezes a um distanciamento na perspectiva de estudo e vida em relação aos propósitos da escola. Assim percebemos neste organismo colegiado um foco pedagógico também, visto que os gremistas lideram os grupos de estudo existentes nas salas e contribuem com as análises sobre o clima escolar e a gestão de sala de aula.

Pode-se observar que ao garantir a autonomia dos estudantes e sua livre

# **II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas**

***“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”***

**20, 21 e 22 de junho de 2018**

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



participação no grêmio estudantil, constitui-se o fortalecimento da gestão democrática e, por conseguinte, a democratização da educação no que diz respeito a seus processos escolares, contribuindo para que estes alunos se tornem mais críticos e atuantes, não somente na escola, mas na comunidade, por meio dos grupos de jovens das igrejas existentes em Araquém ou no mesmo nas associações comunitárias. Desenvolver a cultura da participação é oportunizar que a cidadania se expresse no seu sentido mais amplo, a escola e seus organismos vem contribuindo neste processo. Os grêmios devem ser fortalecidos nas unidades escolares e a gestão escolar deve oportunizar que este seguimento participe dos processos e das decisões, não somente de eventos, mas contribuir com a representatividade e participação que os jovens podem ter no seu meio social.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do exposto, depreende-se que a conceituação de juventude acompanha o processo histórico, sendo assim uma construção social. Nesse sentido, é necessário avançar no campo das políticas públicas para a juventude no intuito de assegurar a eficácia dos mecanismos de reconhecimento dos direitos desse segmento, que é a juventude, levando em conta as especificidades e pensando essa categoria não no aspecto individual, e sim na coletividade diante da variedade de “juventudes” que existem em nosso país.

Assim, é indiscutível a importância da atuação do Grêmio Estudantil numa escola, no sentido de atender os anseios coletivos dos alunos, já que esse organismo é uma forma de representatividade destes. Nesse contexto, constatou-se que na escola pesquisada: EEM Maria Menezes de Cristino, em Coreaú-Ce, o Grêmio desenvolve diversas ações, não somente na escola, como também na comunidade onde a escola está inserida, contribuindo com o desempenho acadêmico dos demais alunos ao acompanhar a frequência destes e motivá-los a estudar individualmente ou formar grupos de estudo, ajudando os professores com o clima escolar e, por conseguinte, com a gestão de sala de aula. Este organismo colegiado contribui com o fortalecimento da gestão escolar democrática, autônoma e voltada para o jovem como sujeito do ensino médio e dos processos escolares no qual está inserido. É preciso oportunizar nas escolas uma maior participação e envolvimento dos alunos nos processos de gestão e liderança estudantil, onde estes protagonizem seu processo de aprendizagem, o grêmio estudantil apresenta-se como um mecanismo que engloba estas e outras premissas.

# II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

*“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.*

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, M. G.; WAISELFISZ, J. J. **Juventudes na escola, sentidos e buscas: Por que frequentam.** Brasília: Flacso -Brasil, OEI, MEC, 2015.
- BORDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero. 1983. \_\_\_\_\_.  
Escritos de educação. In: **Escritos de educação.** Vozes, 2003.
- BRASIL, Secretaria de Educação Básica. **Formação de professores do ensino médio, etapa I - caderno I: ensino médio e formação humana integral.** Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2013.
- \_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Básica. **Formação de professores do ensino médio, etapa I - caderno II: o jovem como sujeito do ensino médio.** Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2013.
- CABRERA, Valéria Cabreira. Direito da Infância e da Juventude: uma breve análise histórica e princípio lógico constitucional e legal. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XVI, n. 115, ago 2013.
- LOOFFLER, Elke. **Governança: a nova geração de modernização estadual e administrativa.** Administração + Gerenciamento, v. 7, n. 4, p. 212-215, 2001.
- PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude- alguns contributos. In: **Análise Social**, vol. XXV (105-106), 1990 ( 1º, 2º), 139 – 165.
- \_\_\_\_\_. Jovens e cidadania. In: Sociologia, problemas e práticas, n. 49, 2005, p. 53-70.
- REZENDE. Claudia B. **Identidade: o que é ser jovem? Tempo e presença.** Nº 240, 1989, p. 4-5.
- VEIGA, Zilah de Passos Alencastro. As instâncias colegiadas da escola. In: VEIGA, Ilma P. e RESENDE, Lúcia M.G. de (orgs). **Escola: Espaço do projeto político – pedagógico.** Campinas: Papirus,1998.